

Câmara Municipal de Olinda

Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade

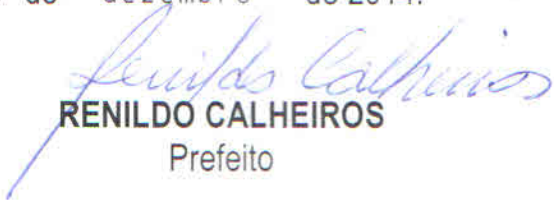
LEI Nº 5913/2014.

Aprova o Plano Municipal de Educação Patrimonial do Município de Olinda para o período 2014-2024 (PMEP 2014-2024), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA decreta,

E eu sanciono a presente lei.

Em, 30 de dezembro de 2014.


RENILDO CALHEIROS

Prefeito

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação Patrimonial do Município de Olinda para o período 2014-2024 (PME 2014-2024), constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - As diretrizes, metas e objetivos previstos no Anexo Único desta Lei deverão ser cumpridos no prazo de vigência do PMEP 2014-2014, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 3º - O Município de Olinda deverá aprovar leis específicas disciplinando a gestão da educação patrimonial em seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 4º - Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município de Olinda deverão ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e objetivos do PMEP 2014-2024.

Art. 5º - Durante o ano de 2024, o Município deverá realizar uma avaliação do cumprimento das diretrizes, metas e objetivos do PMEP 2014-2024, com a participação da sociedade, com vistas à

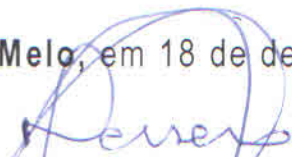
Câmara Municipal de Olinda

Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade

atualização do Plano de Educação Patrimonial para os anos seguintes.

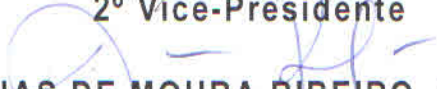
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

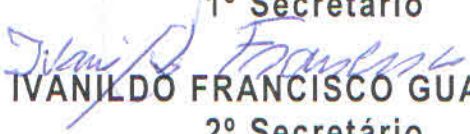
Casa Bernardo Vieira de Melo, em 18 de dezembro de 2014.


MARCELO DE SANTANA SOARES
Presidente


MONICA MARIA DA SILVA MENDES RIBEIRO
1º Vice-Presidente


IZAEL DJALMA DO NASCIMENTO
2º Vice-Presidente


JONAS DE MOURA RIBEIRO JUNIOR
1º Secretário


IVANILDO FRANCISCO GUABIRABA
2º Secretário

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO E CULTURA DE OLINDA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
2013 - 2022

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE OLINDA

- I. Coordenador Geral: (José Garcia)
- II. Gerência de Planejamento do Programa de Educação Patrimonial: (Marcela Torres)
- III. Sub- Gerência de Planejamento do Programa de Educação Patrimonial: (Hurika Andrade)
- IV. Gerência de Trabalho Social e Educação: (Neônio Duque)
- V. Sub- Gerência de Trabalho Social e Educação: (Cecília Canuto)

JA

Stech

X

2

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

APRESENTAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

2. Objetivos

2.1. Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do PME devem ser os mesmos do PNE

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1. O início

2.2. Símbolos municipais

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

5. ASPECTOS CULTURAIS

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

III – EIXOS TEMÁTICOS

Eixo Temático 1 – Perspectivas teóricas em educação, patrimônio cultural e memória

Eixo Temático 2 – Educação Patrimonial, participação social e sustentabilidade

Eixo Temático 3 – Educação Patrimonial, espaços educativos e cooperação

Eixo Temático 4 – Educação Patrimonial, marcos legais, gestão e avaliação

1.1 Diretrizes:

1.1.1 Ação

1.1.2 Metas

1.1.3 Como fazer

1.1.4 Prazos

2.1.5 Recursos financeiros

IV ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

4.01. Mecanismos de acompanhamento e avaliação

4. A redação do anteprojeto de lei

4.1 Roteiro de redação

4.2 Tramitação do anteprojeto na Câmara Municipal

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten mark

I - INTRODUÇÃO

"O patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e imateriais que constituem o patrimônio cultural" (Declaração de Caracas - 1992)

O termo **patrimônio** provém do latim, com a união de duas palavras: *pater* (pai) e *patria* (terra que pertence ao pai), significando, então, o conjunto de bens pertencentes ao *pater familias*, a herança paterna. O conceito patrimônio é atualmente usado na inserção de zonas, edifícios e outros bens culturais, naturais, materiais e imateriais de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos.

No entanto o conceito de Patrimônio não existe isolado. Só existe em relação a alguma coisa. Podemos dizer que Patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. É o legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Podendo ser classificado em Histórico, Cultural e Ambiental.

Quando nos referimos ao Patrimônio Histórico estamos nos reportando ao conjunto de bens que contam a história de uma geração através de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobilias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos. Quanto ao Patrimônio Ambiental e Natural falamos da inter-relação do homem com seus semelhantes e tudo o que o envolve, como o meio ambiente, fauna, flora, ar, minerais, rios, oceanos, manguezais, e tudo o que eles contêm. Esses elementos estão em contato com o homem, e acabam interagindo, e até mesmo interferindo no seu cotidiano.

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagens, superstições, rituais, festas.

Através do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, adequando-os a sua própria história.

Por sua importância cultural, a cidade de Olinda recebeu pela UNESCO, em 1982, o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade, título que compõe seus bens materiais e imateriais: "artefatos, modos específicos de criar e fazer (as descobertas e os processos genuínos na ciência, nas artes e na tecnologia), as construções referenciais e exemplares da tradição brasileira (incluindo bens imóveis, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos) e bens móveis (obras de arte ou artesanato); as criações imateriais como a literatura e a música; as expressões e os modos de viver, como a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história da humanidade: a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora".

A cidade de Olinda com 40,83km² tem um dos maiores polígono tombados com cerca de 10,4 km², além do seu pioneirismo histórico, possui na periferia do polígono uma comunidade com enorme riqueza de costumes culturais e um diversificado patrimônio imaterial, tendo importante papel na formação da nacionalidade do povo brasileiro. Sendo, portanto, a cidade de Olinda conhecida pelo seu patrimônio histórico cultural representado principalmente por suas ladeiras, igrejas, casario, seu carnaval e, sobretudo, pela alegria e criatividade do seu povo que lhe renderam vários títulos agregando conhecimento e respeito, dentre os quais se destacam além do tombamento pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, o de Monumento Nacional (1980), Cidade Ecológica (1982), de Primeira Capital Brasileira da Cultura (2006) e Olinda Memória do Mundo (2008).

O Plano Municipal de Educação Patrimonial - PMPÉ foi elaborado com o intuito de fortalecer a política pública no município e se apresenta como resultado de um processo democrático que visa contribuir e criar ferramentas para a inclusão da cidadania olindense na discussão pública e política acerca do seu Patrimônio Cultural.

O desenvolvimento de programas de Educação Patrimonial envolvendo não só a rede escolar, mas também as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e, principalmente, as



autoridades responsáveis, contribuiu para a ampliação de uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, como fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, inserida nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda como instrumento de motivação individual e coletiva para a prática da cidadania e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.

Para tanto, na construção deste documento lançou-se mão de algumas estratégias para a definição de diretrizes a serem adotadas dentro de eixos prioritários, considerando um horizonte para os próximos dez anos de trabalho e levando-se ainda em consideração os princípios fundamentais da Educação Patrimonial a partir do contexto do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, perspectivas e estratégias para um Plano Nacional de Educação Patrimonial - ENEP.

O ENEP, sediado em Ouro Preto, entre os dias 17 e 21 de julho de 2011, teve como objetivo construir uma rede que envolva profissionais, instituições, iniciativa privada, estudantes e comunidade em um trabalho conjunto com vistas a valorização do nosso Patrimônio Cultural, compreendendo-o como elemento chave para a nossa identidade e para um desenvolvimento sustentável que venha a preservar e educar para a cidadania sobre a legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade contemporânea.

A partir do ENEP foram determinadas diretrizes e metas que norteiam este Plano Municipal de Educação Patrimonial, definindo prazos a julgar pela urgência das ações a serem executadas em curto, médio e longo prazos, cujos períodos correspondem a dois, cinco e dez anos respectivamente.

A elaboração do PMEPE ficou sobre a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda (SEPAC), cuja competência atribui-se a condução das políticas de preservação e de cultura do município. O processo de construção foi iniciado com a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar instituído pelo Decreto nº 097 /2011, denominado de GTEP. Em reuniões sucessivas o GTEP analisou os dados diagnósticos do ENEP em cada nível, etapa e modalidades de Educação Patrimonial, utilizando uma metodologia de caráter participativo que estivesse de acordo com a diversidade da população e em constante diálogo com as várias áreas envolvidas a saber: Educação, Turismo, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Meio Ambiente, entre outras que se revelaram oportunas.

Da mesma maneira que a Educação Patrimonial constitui-se num processo em que a comunidade é levada a se envolver na gestão do patrimônio cultural, apropriando-se dos bens e valores que o constituem, acredita-se que a política de educação patrimonial deve ser fiel a este princípio básico.

O PMEPE traz os quatro eixos temáticos que direcionarão a política municipal conforme a estrutura adotada pelo PNEP: 1) Perspectivas teóricas em educação patrimonial cultural e memória; 2) Educação Patrimonial: participação social e sustentabilidade; 3) Educação Patrimonial: espaços educativos e cooperação; 4) Educação Patrimonial: marcos legais, gestão e avaliação.

Assim, os Eixos Temáticos foram desdobrados em Diretrizes e Ações que deverão ser implementadas nos próximos anos, ficando a municipalidade responsável por determinar suas metas, objetivos e ações de acordo com o contexto político, social e cultural das suas comunidades e dos recursos materiais, humanos e orçamentários que dispuser para tal.

As ferramentas utilizadas ao longo do processo para incentivar a participação da população foi a mesma adotada na esfera federal: convocação da população para audiências públicas, fóruns, debates e reuniões, bem como sensibilização e ampla divulgação nos meios de comunicação de possibilidades, dos canais e dos processos de participação para a construção do Plano de Educação Patrimonial do município.

O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

De acordo com Horta (1999) Educação Patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. São após esta exploração direta dos fenômenos culturais, tomados como "pistas" ou "indícios" para a



investigação, se recorrerá então às chamadas "fontes secundárias" isto é, os livros e textos que poderão ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente.

A partir da experiência a fim de contato, tirei com as evidências e manifestações do patrimônio, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das evidências (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu "patrimônio" são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. O patrimônio, porém, não é apenas algo herdado de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, se a conhecemos e se compreendemos. Não há, portanto, nada que devemos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história. Uma herança que constitui a nossa riqueza cultural, individual e coletiva, a nossa memória, a nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa "marca" inconfundível de pertencermos a uma cultura própria, e que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs herdeiros dessa múltipla e rica cultura brasileira.

O conhecimento dos elementos que compõem essa riqueza e diversidade, originários de diferentes grupos étnicos e culturais que formaram a cultura nacional, contribui igualmente para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, hábitos e costumes. A percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos "sem cultura" ou culturas melhores do que outras. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e o estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a preservação e valorização desses bens.

A Educação Patrimonial pode, sem perder de vista o caráter da "afirmação de si", também possibilitar ao indivíduo fazer a leitura do mundo, da sociedade, levando à compreensão dos processos socioculturais e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos e comunidades, e a valorização de sua cultura, como propõe Paulo Freire em sua ideia de "empowerment": de reforço e capacitação para o exercício da auto-afirmação.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto



de fundamental importância no trabalho da Educação Patrimonial é o seu caráter transdisciplinar, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas, como veremos mais adiante.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Terceira maior cidade de Pernambuco em população, Olinda possui 377.779 habitantes. A densidade demográfica é de 9,12 habitantes por km², a maior do estado e a quinta maior do Brasil. Dos seus 43,55 km² de extensão territorial, 9,73 km² fazem parte das Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística (ZEPEC), sendo 1,89 km² da ZEPEC 1 (Sítio Histórico) e 7,84 km² do entorno deste Sítio. Olinda possui uma área urbanizada de 36,73 km², correspondente a 84,3% do território do município, e 6,82 km² de área rural, o que a torna uma cidade eminentemente urbana e densamente povoada.

Limita-se ao norte com o município de Paulista e ao sul e oeste com o Recife, tendo o Oceano Atlântico em todo o seu limite ao leste. As temperaturas variam entre 24° e 32° graus durante o ano, com duas estações definidas de chuvas e estiagem, característica do clima tropical quente e úmido. As bacias hidrográficas permeiam o território do município: Beberibe e Paratibe, que apesar de bastante degradadas são referências históricas e simbólicas para a população local.

Apesar de ser um município com alta densidade populacional, Olinda mantém uma significativa cobertura vegetal, com várias áreas verdes na cidade, e detém o título de Cidade Ecológica, instituído através de Decreto Municipal.

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Características Geográficas do Município

Latitude: 08°01'48"

Longitude: 34°51'42"

Altitude: 16 m

Limites: Norte – Paulista; Sul e Oeste – Recife; Leste – Oceano Atlântico

Distância do Recife: 6 km

Aspectos Populacionais

População: 397.268

Densidade Demográfica: 9,122 hab/km²

Território: 43,55 km²

Área Urbanizada: 36,73 km²

Área Rural: 6,82 km²

ZEPEC (Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística): 9,73 km²

Características Climáticas

Quente e úmido

Temperatura Média Anual: 27° C

Amplitude Térmica: 5° C

Média Pluviométrica Anual: 2.422,4

Bacias Hidrográficas de Olinda

Bacia do Beberibe

Área: 18,32 km²

Território de Olinda: 44,87%

Fonte: IBGE, Censo 2010

IBGE 2010

✓

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Area 24.51 km²

População 190 684

Data de Fundação: 12 de março de 1535

Populacao 378.537 (2011)

Area (em km²) 29

Densidade Demografica (habitantes por km²): 8.692

Altitude (em metros) 16

Relevo: planície com algumas montanhas

Clima tropical

Vegetacao: Mata Atlântica

Temperatura média anual: 25°C

2 ASPECTOS FISICOS

O município de Teresopolis possui uma população de 177.779 habitantes e uma densidade demográfica de 9,12 habitantes por km², a maior do estado e a quinta maior do Brasil. O município é composto por 31 bairros, subdivididos em 10 Regiões Político-Administrativas (RPAs). Dos seus 43,55 km² de extensão territorial, 10,4 km², ou 23,7% do território municipal, são tombados

As Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística (ZEPEC) são compostas por 9,73 km², sendo 1,89 km² da ZEPEC 1 (Sítio Histórico) e 7,84 km² do entorno deste Sítio. Olinda possui uma área urbanizada de 36,73 km², correspondente a 84,3% do território do município, e 6,82 km² de área rural, o que a torna uma cidade eminentemente urbana e densamente povoada.

Limita-se ao norte com o município de Paulista e ao sul e oeste com o Recife, tendo o Oceano Atlântico em todo o seu limite ao leste. As temperaturas variam entre 24 e 32 graus durante o ano, com duas estações definidas de chuvas e estiagem, característica do clima tropical quente e úmido. Duas bacias hidrográficas permeiam o território do município: Beberibe e Paratibe, que apesar de bastante degradadas são referências físicas e simbólicas para a população local.

Mais de 21% da bacia do Rio Beberibe situa-se em Olinda, sendo povoada por mais de 170,5 mil olindenses. Em 2012 teve início neste curso fluvial um projeto de revitalização, através de parceria entre os Governos Municipais, de Recife e Olinda, Estadual e Federal, que realizara uma série de intervenções na área, como a renaturalização da bacia hidrográfica, o alargamento das calhas, a construção de

This block contains several handwritten marks on a document. In the top left, there is a large blue 'X'. In the bottom left, there is a blue signature that appears to be 'AHL'. In the bottom center, there is a pink signature that appears to be 'H'. In the bottom right, there is a blue signature that appears to be 'Z'.

unidades habitacionais, a implantação de infraestrutura básica (com pavimentação, energia, abastecimento d'água e esgotamento sanitário) além de construção de sistema viário. As obras que terão um grande impacto na melhoria da qualidade de vida da população do município, visando ainda a melhoria da qualidade ambiental, e na melhorando também a atividade pesqueira.

Essas ações são prioritárias para a alta densidade populacional. Ainda mantém uma significativa cobertura vegetal com várias áreas verdes na cidade e detém o título de Cidade Verde e Azul, através de Decreto Municipal.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS

3.1 O início

Em 1534, a Coroa Portuguesa instituiu o regime de Capitanias Hereditárias. A Capitania de Pernambuco foi entregue ao fidalgo português Duas Coelho, que tomou posse de sua capitania desembarcando, em 9 de março de 1535, na feitoria fundada em 1516, entre Pernambuco e Itamaracá, e fundou a vila de Igarapé. Pouco tempo depois, ele seguiu para o sul em busca de um lugar para se instalar. Encontrou um local estrategicamente ideal, no alto de colinas, onde existia uma pequena aldeia dos índios Tabajaras da grande Nação Tupi, fundando ali a vila de Olinda, em um sítio protegido pela altura sobre uma colina, descortinando o mar, com um porto natural formado pelos arrecifes, água em abundância e terras férteis, e fácil de defender, segundo os padrões militares da época.

Não se sabe o dia da fundação de Olinda. Em 12 de Março de 1537, Duarte Coelho enviou ao rei de Portugal, D. João III, o Foral, documento que descrevia todas as disposições urbanas, penitenciárias existentes na Vila de Olinda e doações feitas por ele, Duarte Coelho, investido dessa autoridade que lhe fora conferida por Sua Magestade D. João III. O Foral tinha que ser enviado a Lisboa para a confirmação Real. No Foral de 12 de Março de 1537 há a referência a Vila de Olinda que fora fundada dois anos antes, e a primeira referência ao porto da vila instalado nos "arrecifes dos navios", donde depois se expandira a Vila e, posteriormente a cidade do Recife. Portanto o Foral de 1537 funciona como o registro de nascimento das duas cidades, referindo-se a Vila de Olinda, fundada há dois anos antes e o porto de Olinda que seria depois o Recife, já construído. Portanto não se tendo as datas precisas das fundações da Vila de Olinda e de seu porto, se determinou como sendo o 12 de Março a data de fundação das duas cidades, por ser a data do primeiro documento que dá notícia sobre a fundação de Olinda e seu porto, depois, Recife. A Vila foi fortificada para a defesa das colinas e se expandiu em direcção ao mar, para o sul, e ao interior onde ficavam os engenhos de açúcar.

Com o extrativismo do pau-brasil e o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar, Olinda tornou-se o mais importante centro comercial da colônia, enriquecendo a tal ponto que disputava o trono Corte Portuguesa em luxo e ostentação. O traçado urbano da vila configurou-se ainda no século XVI com a definição dos caminhos e com a ocupação dos principais promontórios pelos religiosos. Com a chegada das primeiras ordens religiosas – carmelitas, em 1580; jesuítas, em 1583; franciscanos, em 1585, e beneditinos, em 1586, foi feita também a catequização dos índios, de fundamental importância para a conquista definitiva das trevas.

Olinda se torna logo na Vila que consolida o projeto colonial português na América, funcionando na prática como capital da colônia antes da cidade de Salvador na Bahia, que só será fundada em 1549, para ser a capital oficial do Brasil.

Ser instituída Vila significava ser uma unidade municipal baseada em câmara municipal com vereadores eleitos e todo aparato institucional cuja promoção de suas instituições viria, ainda, do doador da capitania, no caso Duarte Coelho.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

propiciado pelo desenvolvimento do Porto, que atuou no escoamento da produção açucareira e proporcionou a formação de um vigoroso centro de comércio e serviços.

A ocupação da vila pelos holandeses durou pouco mais de um ano, já que em novembro de 1631 a povoação foi incendiada pelos próprios holandeses, que se transferiram para o Recife. Embora insatisfeitos com a mudança na administração holandesa na Capitania, devido à saída de Johan van Nassau, os senhores luso-brasileiros da aristocracia açucareira, unidos a índios e negros iniciaram o levante denominado Insurreição Pernambucana, que culminou com a rendição dos holandeses e a retomada de Campina do Taborda, antigas terras olindenses, em 27 de janeiro de 1654, permitindo assim que Olinda tornasse a ser a capital da Capitania de Pernambuco. O título de cidade foi concedido a Olinda em 1676.

Importante destacar não só a conquista bélica do poder sobre este território, empreendida pela Insurreição Pernambucana, mas o impacto na formação da identidade sócio-cultural brasileira a partir deste movimento libertário. Considerada a principal manifestação popular na construção do sentimento nacionalista, o episódio marca a união das diversas etnias coexistentes no Brasil lutando contra a opressão dos novos colonizadores.

No início do século XIX, a cidade viveu um período de intensa vida acadêmica, quando foram fundados o Seminário Diocesano e o Curso Jurídico, primeiro curso de direito no Brasil, atraindo centenas de estudantes, professores e intelectuais da época.

2.2 Símbolos Municipais

Escudo de Olinda



O escudo de Olinda constitui-se em um globo terrestre encimado por uma Cruz Latina, circulado por um zodíaco com a seguinte legenda: "Deus Salvator Noster" (Deus nosso Salvador). Este símbolo figura no frontispício da Igreja de São Sebastião, localizada no Varadouro, no Museu Regio, na Olinda, do lado Sul, e na Bica do Rosário.

Brasão de Duarte Coelho



O primeiro brasão da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, adotou o brasão de armas da família de março de 1635, de onde desceu o nome para o seu sobrinho a seguir.

Civitas de Olinda

4

Alm

Al

2

Planta da cidade produzida no período holandês (transcrita do livro de Barlaeus). Nela podem ser localizados o atual Varadouro, o Rio Beberibe e vários prédios históricos como o Seminário dos Jesuítas, a Sé e a Igreja de São Francisco.

O Coqueiro

Por representar a beleza da cidade, a altivez, a coragem e a bravura do povo de Olinda, o coqueiro passou a ser considerado a árvore-símbolo da cidade, por iniciativa do então prefeito Germano Coelho (Decreto nº 023/1982).

Antiga Bandeira de Olinda

Criada pela Lei nº 1255/1957 e a primeira bandeira oficial contemporânea da cidade, o desenho é de Alexandre Alves Dias, baseado na descrição feita na referência. Era então protótipo da Olinda do sr. Nivaldo Machado.

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Conforme Censo de 2010, Olinda possui 115.962 habitantes, vivendo sem renda fixa e 99.035 com renda de até um salário mínimo. Caracteriza-se como um município que tem sua economia baseada no comércio, na oferta de serviços e no turismo. Grande parte da população economicamente ativa ocupa-se em municípios próximos, principalmente na vizinha capital do estado, Recife.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

PIB do Município (2006): R\$ 1.185,4 milhões (IBGE, 2008)

Renda Per Capita: R\$ 8.871,29 (2006)

Principais Atividades Econômicas: turismo cultural e comércio

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,792 (PNUD - 2000)

5. ASPECTOS CULTURAIS

Olinda é a única cidade do estado de Pernambuco que tem reconhecido seu conjunto arquitetônico, histórico e cultural através do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido em 1982 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

5.1. Patrimônio Material

O Sítio Histórico de Olinda tem como principal característica a preservação do seu traçado urbano, da paisagem e do conjunto arquitetônico correspondente ainda hoje ao plano de colonização colonial português a partir do século XVI. A área preservada da cidade integra harmoniosamente a arquitetura, o verde e o mar, compondo uma paisagem inesquecível. O Sítio Histórico abrange ainda

3. Roteiro Selecionado: Olinda Sítio Histórico - Uma Viagem Através da História. CECI - Centro de Estudos e Atividades em Conservação

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

inúmeros ateliês de artistas plásticos e é o principal cenário do famoso Carnaval de rua, com expressões culturais típicas do lugar.

Acredita-se que até 1630 a trama urbana de Olinda já estaria toda definida. O padrão lusitano de ocupação privilegiou a construção dos monumentos religiosos nos altos das Colinas, no intuito de obter maior visibilidade e destaque. Esse tipo de intervenção confirmava a dominação da Congregação Jesuítica sobre a cidade. Além dos Jesuítas, várias ordens se instalaram em Olinda – carmelitas, franciscanos, beneditinos – conferindo a mesma a definição, por historiadores, de cidade eclesástica ou das procissões.⁴

O casario do Sítio Histórico é caracterizado por arquitetura sobria, mas que guarda ricos e opulentos detalhes da nobreza que o ocupava. Os materiais e técnicas construtivos tradicionais ainda hoje são mantidos, assim como os elementos compositivos dos telhados e das fachadas. Algumas das edificações mais se destacam no cenário, com o Palácio de Bragança, na topografia acentuada do Funchal, em Olinda, seu espaço pitoresco.

A área preservada da cidade tem um conjunto de prédios sacros, bem conservados, onde se formam o circuito turístico-cultural-religioso. São 19 templos, entre Igrejas, Mosteiros e Conventos, além de cinco Passos, que são pequenas Capelas, construídas entre 1773 e 1809. Estes pequenos templos abrem durante a Quaresma, para a Procissão dos Passos, que é uma reconstituição do Caminho do Senhor até o Calvário.

Neste circuito existe a forte atuação de Irmandades com importante valor histórico e cultural, compostas por moradores da região que tem como principal objetivo cuidar do patrimônio de cada templo. Os membros das Irmandades são responsáveis pelas procissões da Semana Santa e também por algumas das agremiações carnavalescas tradicionais, promovendo o elo entre as manifestações profanas e religiosas.

5.2 Patrimônio Imaterial

As manifestações da cultura popular são uma referência da diversidade cultural de Olinda, a partir das tradições indígenas e africanas.

Essas artes visuais em Olinda tiveram grande impulso na final da década do "X", quando se transferiu do Recife para o Mercado de Ribeira, em Olinda, a oficina gravatense de gravura e litografia de João Câmara e Delano. A oficina funcionava não apenas como ateliê, mas também como um local voltado para promover a arte da litogravura por meio de cursos, exposições, edições de livros, publicações e cartazes. A ampliação da oficina deu visibilidade nacional ao grupo, que passou a ser reconhecido não apenas como coletivo, mas como movimento artístico.⁵ Em 1995 o coletivo foi extinto e os artistas criaram ateliês próprios.

No campo do Audiovisual, a TV Viva, fundada em 1984, pelo Centro de Cultura Luiz Freire, passa a produzir e veicular nas praças e bairros, de maneira pioneira no país, uma programação onde a população pudesse se ver e valorizar as manifestações que formam sua identidade. O conteúdo era gerado, sobretudo, a partir das reivindicações e ações promovidas pelas organizações populares. Outras iniciativas importantes para a produção, formação e exibição no município foram o Cine PE, em 1986, e o Cinema na Praça. (COLOCAR DECADA DE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS). Atualmente, o principal evento deste segmento no estado, o Cine PE – Festival do Audiovisual, acontece no Centro de Convenções, em Olinda, tendo realizado em 2012 a décima-sexta edição.

4. www.cec.br/olinda

5. Roteiro, Selecionado: Olinda: Sítio Histórico – Uma Viagem Através da História. CECI – Centro de Estudos Avançados em Conservação.

6. Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=192&Itemid=194

[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

Na área musical, destaca-se o movimento Mangue Beat, que surgiu nos anos 90 e teve como um dos seus principais expoentes o olindense Francisco de Assis França, que ficou mais conhecido por Chico Science. O movimento deu visibilidade aos ritmos da cultura popular e a fusão desses sons com o rock criou novas referências musicais, dando uma conotação diferenciada à prática de certas influências, fazendo uma música instigante e criativa.

Esta convergência de ações gerou uma série de impactos positivos, que facilitou o envolvimento com uma nova geração de artistas contemporâneos olindenses, reconhecidos por trazerem um gênero musical próprio, dentro dos ritmos e estilos e dando origem a uma música bastante bem vista e visibilidade no cenário local em Pernambuco como um todo.

Em relação aos equipamentos culturais, a Casa da Raíça, fundada em 2002 por Ildesio Salustiano, e hoje mantida por seus filhos, destaca-se por preservar e difundir manifestações da cultura popular, tais como: o cavalo marinho, o maracatu, o forró, o coco e a ciranda. Estes folguedos estão ainda dispersos por todo o município, representados através de grupos e agremiações, alguns deles centenários.

O Nascedouro da Cultura (ou de Peixinhos?), situado no antigo matadouro, no bairro de Peixinhos, abriga movimentos de literatura, de música e de dança, além de manter um anfiteatro. É o Centro Tecnológico da Cultura Digital (CTCD), equipamento este gerido pelo Governo do Estado (Recife ou Olinda?).

5.3. O Carnaval de Olinda

O Carnaval de Olinda é a manifestação mais singular e irreverente do Brasil, onde cerca de 60 agremiações desfilam em todo o município durante a folia de Momo. O Carnaval, além do aspecto cultural, é de extrema importância para a atividade econômica do município, para a promoção e valorização da cultura e para o incremento e estruturação do turismo, tanto de Olinda como do Estado de Pernambuco.

Durante o Carnaval, a cidade recebe cerca de 1,5 milhões de foliões, dentre os quais 97% pretendem voltar à festa no ano seguinte. Em 2012, a rede hoteleira do município teve 98% dos seus leitos ocupados no período. A Prefeitura de Olinda investe cerca de R\$ 8 milhões na realização da folia de Momo, que por sua vez gera cerca de R\$ 60 milhões, provenientes do faturamento da rede hoteleira, do aluguel de casas, do comércio formal e informal e das agremiações carnavalescas. Além da injeção de recursos na economia local, o Carnaval gera aproximadamente 65 mil empregos temporários.

5.4 Patrimônio Afrobrasileiro e Indígena

Estima-se que o município tenha cerca de 350 terreiros de matriz africana/indígena. De acordo com pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) abordando o aspecto alimentício dessas religiões, mais de 200 espaços foram identificados, sendo 100 de terreiros candombles de nação Ketu e Jeje, os xangos das nações Nago e Xamba e também os cultos de Axé, provenientes da tradição indígena.

O reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiros como instâncias de organização social, de preservação da diversidade cultural e ainda como importantes interlocutores em intervenções governamentais estruturantes na promoção do desenvolvimento humano garantido em 2006, que a localidade do Portão do Gelo, sede da Casa Santa Bárbara Nação Xamba, fosse reconhecida como Quilombo Urbano pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 2007, a gestão municipal demarca e reconhece o território.

7 Pesquisa por amostragem realizada pela Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia de Olinda.

8 Pesquisa por amostragem realizada pela Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia de Olinda.

9 Alimento: Direito Sagrado - Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Também disponível em: www.mds.gov.br/sesan/terreiros

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

4. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Quanto à educação, Olinda tem inúmeras e difíceis escolas públicas municipais, onde existem mais de 25 mil alunos, e 64 escolas públicas estaduais. Segundo dados do IBGE, 137.308 habitantes não concluíram o ensino médio. A disciplina de Arte encontra-se presente no currículo escolar da rede municipal de ensino e a Secretaria de Educação mantém o Centro de Educação Musical de Olinda (Cemo), com professores efetivados através de concurso público, atendendo cerca de 1.500 alunos a cada ano.

De acordo com o Ministério da Educação, em 2012, havia nove instituições de ensino superior, todas particulares, em atividade, na cidade. Também existiam 70 cursos presenciais oferecidos por outras instituições de ensino superior, dos quais 30 eram bacharelados, 19 licenciaturas, na sua maioria em Pedagogia, e 55 eram cursos tecnológicos. Além disso, eram ofertadas 110 turmas de Ensino a Distância, entre bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos.

4.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução



Fonte: IBGE, Censo 2010. Dados do Censo de 2010, referentes a 2009. Fonte: IBGE, Censo 2010. Dados do Censo de 2010, referentes a 2009.

Fonte: IBGE, Censo 2010. Dados do Censo de 2010, referentes a 2009.

10. Informações coletadas no portal Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados do Ministério da Educação – e-MEC referentes a julho de 2012. <http://emec.mec.gov.br>

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

III – EIXOS TEMÁTICOS

Este trabalho foi desenvolvido em eixos temáticos, todos com recorte amplo na área de Educação Patrimonial, sugerindo estudos e ações de diferentes enfoques. O eixo temático foi utilizado como ferramenta para organizar a estrutura textual, facilitando a construção das diretrizes, metas e ações dentro de prazos pré-estabelecidos. Esta proposta implica no enfrentamento a pelo menos quatro grandes desafios adotados pelo PMEPP, relacionados a seguir:

Considerando que o povo olindense é facilmente reconhecido pela sua trajetória, sua história política e cultural, que a cidade é composta por um rico Patrimônio material e imaterial, o que lhe confere o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO e a ser eleita, em 2016, a Capital Brasileira da Cultura e sobretudo por ser conhecida pelo dinamismo em iniciativas de resgate, valorização e preservação de sua história e identidade.

O município entende como de extrema importância traçar um plano de Educação Patrimonial com mecanismos que permitam o debate e o aprofundamento da base conceitual e dos referenciais teóricos, bem como a sistematização e a difusão da produção bibliográfica e da diversidade de experiências e inovações na área, considerando a troca entre os diferentes campos do conhecimento tradicional e acadêmico em sua interdisciplinaridade.

Eixo Temático 1 – Perspectivas teóricas em educação, patrimônio cultural e memória:

DIRETRIZ 1 – Criar mecanismos que permitam o debate e o aprofundamento da base conceitual e dos referenciais teórico-metodológicos, bem como a sistematização e a difusão da produção bibliográfica e da diversidade de experiências e inovações na área, considerando a troca entre os diferentes campos do conhecimento tradicional e acadêmico em sua interdisciplinaridade.

Meta 1 – Linhas de pesquisa e incentivo municipal e/ou empresarial criadas até 2017.

Ação 1 – Buscar parcerias com órgãos, entidade ou empresas que possuam programas de financiamento para pesquisas e projetos em Educação Patrimonial.

Ação 2 – Implementar, através de financiamentos de projetos e editais, linhas de incentivo municipal e/ou empresarial que favoreçam a pesquisa, produção e divulgação da Educação Patrimonial.

Meta 2 – Conteúdo de Educação Patrimonial, inserido no Plano de Comunicação da PMO até 2017.

Ação 1 – Realizar parceria junto com a Secretaria de Comunicação e Secretaria de Patrimônio e Cultura, para inserção de conteúdo de EP no Plano de Comunicação da PMO.

Ação 2 – Promover a divulgação das pesquisas desenvolvidas em Educação Patrimonial, no município, através da legislação, a interação com a mídia local, as redes sociais e a realização de eventos, visando a troca de experiências de indivíduos, grupos e comunidades.

Meta 3 – Banco de experiências em Educação Patrimonial criado até 2016.

Ação 1 – Disseminar ações desenvolvidas em Educação Patrimonial através da publicação em periódicos nacionais e/ou internacionais.

Atte

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

Ação 2 - Realizar pesquisa junto aos órgãos, entidades e empresas privadas e organizações da sociedade civil sobre as suas experiências em Educação Patrimonial.

Ação 4 - Garantir o acesso das informações e ao Banco de Dados sobre EP através do site oficial do PMO.

Ação 5 - Promover a criação e manutenção de grupo de discussão continuada trimestralmente através de fóruns temáticos itinerantes de Educação Patrimonial nas diversas comunidades do município como: espaços culturais, sede de associações de bairro, pontos de cultura e escolas, garantindo espaços de socialização das experiências em educação patrimonial.

DIRETRIZ 2 - Fomentar e promover programas e projetos de formação interdisciplinar em diferentes espaços educativos e culturais.

Meta 1 - 1000 pessoas envolvidos direta ou indiretamente com o patrimônio cultural capacitadas até 2017.

Ação 1 - Formatar e executar, em parceria com universidades e outras instituições de ensino, um programa de capacitação continuada anualmente para formação de Guias de Turismo Locais (incluindo linguas) com duração mínima de 80h/a.

Ação 2 - Promover a qualificação e o acesso dos visitantes, garantindo cursos e oficinas anualmente para qualificação de agentes de Educação Patrimonial (comunicação pública de EP).

Ação 3 - Buscar e realizar parcerias entre instituições, profissionais e sociedade civil, com o objetivo de formar, qualificar e capacitar agentes da Educação Patrimonial.

DIRETRIZ 3 - Promover uma atitude pró-ativa de caráter dialógico entre a comunidade escolar e as instituições que atuam na área, mediadas pelo patrimônio cultural.

Meta 1 - Temática Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial inserida na formação continuada de professores e no calendário oficial da rede municipal de educação até 2017.

Ação 1 - Trabalhar em parceria com a Secretaria de Educação para inserir no planejamento pedagógico anual a temática de Educação Patrimonial e na formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino.

Ação 2 - Promover a elaboração, produção, gestão, intercâmbio e divulgação de materiais de apoio didático para a disseminação da temática da Educação Patrimonial no ensino escolar e das ações de formação inicial e continuada de professores.

Ação 3 - Elaborar material didático de Educação Patrimonial nas suas diversas formas de apresentação (cartilhas, livros, jogos, paradidáticos, multimídia etc...) para serem inseridos e divulgados na programação do calendário oficial do município e em projetos realizados por instituições que atuam na área.

Ação 4 - Viabilizar o acesso público a acervos que contenham informações sobre os bens culturais e que estejam sob a guarda de instituições públicas e privadas.

Ação 5 - Programar a inserção de grupos e instituições, como Pontos de Cultura, que trabalham com o Patrimônio Cultural em atividades realizadas no calendário anual escolar, a exemplo de apresentações teatrais, circo, dança etc.

Tutu

A

JK

2

Meta 2 – Núcleo de Educação Patrimonial de Olinda (NEPO) implantado até 2015.

Ação 1 - Determinar espaço físico permanente do NEPO para circulação e divulgação de acervo cultural que esteja sob a guarda de instituições públicas e privadas que venham a propiciar ações de Educação Patrimonial, bem como exposições itinerantes do acervo de acordo com um cronograma de ações.

Ação 2 - Implementar um banco de projetos e propostas de Educação Patrimonial do Município operacionalizado pelo núcleo.

Ação 3 - Efetivar parcerias com instituições públicas e privadas para otimizar o acesso ao acervo histórico-cultural em monumentos religiosos, museus e espaços culturais instalados no município.

Ação 4 - Estabelecer parcerias para criação de oficinas, palestras, encontros e mini-cursos para agentes culturais e monitorias que prestam mediações aos visitantes dos espaços culturais do município.

Meta 3 – Semana de Educação Patrimonial criada até 2016.

Ação 1 - Implantar mecanismos de incentivo às experiências referenciais de Educação Patrimonial na educação escolar (pesquisas e projetos) por meio de reconhecimento e divulgação e difusão durante a semana de Educação Patrimonial.

Ação 2 - Efetivar o debate sobre Cobertura Vegetal dentro da Semana de Educação Patrimonial.

Ação 3 - Garantir que seja realizado um Seminário Geral sobre o Patrimônio com emissão de certificado.

Ação 4 - Promover durante a semana oficinas, mini-palestras, mesas de debates, exposições e apresentações de projetos e trabalhos abrangendo as diversas temáticas da Educação Patrimonial.

Meta 4 – Ações de Educação Patrimonial inseridas na Política de Educação do Município até 2018.

Ação 1 - Realizar debate junto à Secretaria de Educação do município e o Conselho Municipal de Educação para inserção da Temática de Educação Patrimonial como uma das prioridades de atuação do Conselho de Educação.

Meta 5 – Disciplina História de Olinda presente no currículo escolar até 2018.

Ação 1 - Inserir, junto com a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação, a disciplina de História de Olinda no currículo.

Ação 2 - Garantir a transversalidade da Educação Patrimonial na rede municipal de ensino através de práticas educativas que possibilitem a consolidação do conhecimento e consciência do patrimônio cultural.

Eixo Temático 2 – Educação Patrimonial: participação social e sustentabilidade.

DIRETRIZ 1 - Ações educativas devem anteceder e permear as ações reguladoras e de gestão.

Meta 1 – Projetos culturais e/ou de restaurações aprovados com base na Educação Patrimonial até 2018.

✓
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Ação 1 – Garantir que o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos e a Secretaria de Patrimônio desenvolvam projetos de Educação Patrimonial através do NEPO em todas as intervenções obras de interesse público realizadas no município.

Ação 2 – Estabelecer norma que garanta que os projetos apresentados por terceiros a SEPAC já tenham anexadas propostas de Educação Patrimonial a serem analisadas pelo NEPO.

Meta 2 – Ações educativas incorporadas a instrução técnica dos processos de reconhecimento, acauteamento, fiscalização, licenciamento e promoção do patrimônio cultural até 2018.

Ação 1 – Incluir na agenda dos Conselhos de Sítios Históricos e das entidades integrantes do NEPO, a realização periodicamente o reconhecimento, a valorização e a responsabilização coletiva pela preservação dos bens culturais e patrimoniais por parte da população, bem como o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação realizados em instâncias participativas como conselhos paritários deliberativos de ampla participação popular.

Ação 2 - Garantir a participação popular e dos conselhos paritários deliberativos no aperfeiçoamento dos critérios de avaliação e escolha dos Bens Tombados. (Médio Prazo).

Ação 3 – Elaborar e implementar um programa de orientação permanente de Educação Patrimonial para moradores e visitantes dos Sítios Históricos, incluindo os patrimônios imateriais, bem como a otimização da sinalização turística desses bens.

DIRETRIZ 2 - Fomentar a participação social como locus efetivo na área da Educação Patrimonial para a elaboração de estratégias de sustentabilidade, tendo em vista a construção e aplicação de políticas em prol da justiça social, correção ecológica, viabilidade econômica e aceitação da diversidade.

Meta 1 - Participação social reconhecida, legitimada e garantida nas instâncias e processos de fomento e incentivo à Educação Patrimonial até 2018.

Ação 1 – Assentamento permanente do Núcleo de Educação Patrimonial do município nos conselhos deliberativos.

Ação 2 – Garantir a atuação dos Conselhos Deliberativos Paritários no âmbito das políticas de Patrimônio Cultural do Município.

Ação 3 – Estabelecer parâmetros e garantir a avaliação e implementação de ações de Educação Patrimonial e Educação Ambiental em processos de licenciamento ambiental de obras com a PMP e (CODEMA) Secretaria de Orçamento Participativo e Meio Ambiente. (Médio Prazo).

Ação 4 - Promover parceria com os Pontos de Cultura e ONG's do município para realização de ações voltadas à conscientização da Educação Patrimonial garantindo a sustentabilidade da mesma.

Ação 6 – Promover a abertura de editais específicos para Educação Patrimonial através do Fundo Municipais de Cultura e Preservação dos Sítios Históricos.

Ação 7 – Buscar parcerias com instituições públicas e privadas a fim de captar recursos para realização de projetos e ações do município ligados à Educação Patrimonial.

Eixo Temático 3 – Educação Patrimonial, espaços educativos e cooperação

- 1

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

DIRETRIZ 1 - Potencializar os espaços educativos, considerando como legítimos todos aqueles que propiciem práticas de aprendizagens coletivas reconhecidas pela comunidade local, assim como a ação educativa dos seus diversos agentes.

Meta 1 - Espaço para funcionamento e execução das atividades do Núcleo de Educação Patrimonial até 2016.

Ação 1 - Regular e implantar o espaço do Núcleo de Educação Patrimonial de modo a valorizar, promover e divulgar práticas de educação e cultura relativas ao patrimônio.

Meta 1 - Intercâmbio entre as diferentes práticas e metodologias dos agentes culturais implantados até 2019.

Ação 1 - Articular e mobilizar representações dos diferentes grupos formadores da sociedade nas ações e espaços educativos, tais como populações tradicionais, mestres da cultura popular, tradicional e de ofícios, pontos de cultura, lideranças étnicas, irmandades entre outros.

Ação 2 - Implementar um Programa de intercâmbio cultural (através de palestras, oficinas, etc.) entre as diversas comunidades do município.

Meta 2 - Inserção dos Agentes de Educação Patrimonial nos diversos espaços educativos até 2018.

Ação 1 - Selecionar participantes das oficinas e mini-cursos realizados dentro dos programas sugeridos pelo Núcleo de Educação Patrimonial para atuarem como Agentes de Educação Patrimonial.

Ação 2 - Desenvolver projetos nos espaços educativos para promoção da troca de saberes e conhecimentos, utilizando a princípio o banco de projetos do NEPO.

Ação 3 - Promover projetos de visitas guiadas de alunos da rede municipal pública e privada aos espaços educativos, monitoradas pelos agentes de Educação Patrimonial.

Ação 4 - Utilizar espaços de museus, bibliotecas e outras instituições para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial.

Ação 5 - Potencializar, articular e divulgar museus, bibliotecas, arquivos, pontos de cultura, pontos de memória, cineclubes na colaboração e construção de saberes.

DIRETRIZ 2 - Garantir a constante capilaridade e gestão compartilhada dos espaços educativos entre governo e sociedade civil na implantação e no desenvolvimento da PNEP.

Meta 1 - Atores sociais envolvidos com a área de Educação Patrimonial mapeados até 2017.

Ação 1 - Reconhecer, fomentar e promover o protagonismo dos atores sociais e instituições educativas culturais locais, identificando parceiros potenciais para a implantação da PNEP.

Meta 2 - Ferramentas que garantam a comunicação, a circulação de informações e a colaboração de saberes implantadas até 2019.

Ação 1 - Desenvolver e otimizar ferramentas que garantam a comunicação, a circulação de informações e a colaboração de saberes por meio de Grupos de Trabalho, fóruns, redes, seminários, debates, reuniões e conferências com participação multi-setorial, por meio de ações, fomentando a disseminação da PNEP.

Meta 3 – 500 agentes culturais multiplicadores formados até 2019.

Ação 1 - Constituir equipes inter e multidisciplinares para a formação de agentes multiplicadores capazes de fortalecer as ações de Educação Patrimonial nas diferentes comunidades do município.

DIRETRIZ 3 - Propor e garantir estratégias e mecanismos que promovam o intercâmbio e a articulação entre os diversos atores envolvidos na construção das ações e na implementação das políticas de Educação Patrimonial.

Meta 1 – Comitê interinstitucional para planejamento e execução dos programas da PMEP implantado até 2017.

Ação 1 - Articular o andamento do Comitê interinstitucional que garanta a sua devida representatividade.

Meta 2 – Rede Municipal de Educação Patrimonial instituída até 2017.

Ação 1 - Implementar uma rede Municipal de Educação Patrimonial através do plano de comunicação para estimular a discussão entre os diversos atores envolvidos com a temática.

Ação 2 - Promover a realização de fóruns regionais e nacionais periódicos que contemplem relatos trocas de experiências e propiciem o aprofundamento teórico do campo da Educação Patrimonial.

Ação 3 – Definir o calendário dos Fóruns de discussão.

Eixo Temático 4 – Educação Patrimonial, marcos legais, gestão e avaliação:

DIRETRIZ 1 - Promover a gestão compartilhada da Política Nacional de Educação Patrimonial – PNEP com a participação dos diferentes entes federativos e da sociedade civil, garantindo-se a cooperação intersetorial e interinstitucional.

Meta 1 – Núcleo de Educação Patrimonial de Olinda (NePO) legitimado até 2015.

Ação – 1 Elaborar projeto de lei no município que garanta a criação do Núcleo de Educação Patrimonial de Olinda (NEPO).

Meta 2 – Unidade Executora de Educação Patrimonial garantida, mantida e articulada às esferas municipal, estadual federal e distrital até 2015.

Ação 1- Criação de projeto de Lei que Garanta a Educação Patrimonial como Política Pública.

Meta 3 – Ações de Educação Patrimonial planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas por um grupo de técnicos da PMO até 2017.

Ação 1 - Executar o Plano Municipal de Educação Patrimonial através da Unidade Executora (NePO).

Meta 4 - Temática de EP representada nos Conselhos municipais de Educação, de Políticas Culturais, Turismo e de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, até 2017.

Ação 1 - Atuar nas Câmaras Temáticas de EP dentro dos Conselhos deliberativos.

Ação 2 - Garantir a Educação Patrimonial na agenda do Conselho Municipal de Políticas Culturais do Conselho de Preservação e de Educação, por meio da criação de câmaras setoriais.

Ação 3 - Realizar fóruns nacionais bienais e apoiar a realização de fóruns regionais e locais, bem como outras formas de intercâmbios presenciais com vistas à discussão e avaliação da implementação do PNEP.

Meta 5 - Realização de Fórum Municipal e/ou Estadual de Educação Patrimonial bienal

Ação 1 - Definir o calendário para realização dos Fóruns

Ação 2 - Firmar acordos de cooperação técnica e financeira ou instrumentos semelhantes com o objetivo de implementar o PNEP.

Meta 6 - Convênios e acordos com IES (Instituições de Ensino Superior) Públicas e Privadas, ONGs, OSCIPs Nacionais e Internacionais, Empresas Públicas, Privadas e Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Distritais firmados até 2019.

Ação 1 - Provocar a participação e o comprometimento dos órgãos acima citados de acordos e convênios

Ação 2 - Promover a articulação dos diferentes setores institucionais, técnicos e da sociedade civil organizada que tenham co-responsabilidade no campo das ações de Educação Patrimonial, por meio da implementação de comitês locais

Meta 7 - Comitê Municipal de EP instituído até 2017

Ação 1 - Implementar o Comitê Municipal de EP com participação da sociedade civil, técnicos e instituições públicas e privadas, atuantes neste seguimento

Diretriz 2 - Estabelecer procedimentos permanentes de mapeamento, monitoramento e avaliação da PNEP, incluindo a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos.

Meta 1 - Sistema de informação composto por todos os componentes que recolhem, manipulam e disseminam dados ou informação sobre a Gestão de EP instituído até 2019.

Ação 1 - Criar e implementar cadastro municipal dos Movimentos Culturais, Mestres da Cultura, entidades e profissionais que desenvolvem ações de EP em Olinda, bem como o inventário dos espaços do Sincretismo Religioso existentes no município. (Curto Prazo)

Ação 2 - Mapear e monitorar programas, projetos e ações das três esferas de governo e da sociedade civil (ONGs, instituições públicas, privadas) que tenham a temática da Educação Patrimonial em suas atividades de PNEP.

Diretriz 3 - Garantir e incrementar os recursos para a PNEP, por meio de orçamentos próprios dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, de leis de incentivo à cultura, ações de fiscalização e de licenciamento, de acesso a fundos públicos, de recursos advindos de multas aplicadas por órgãos de proteção e de outras formas de financiamento e fomento.

Meta 1 - Orçamento destinado a Educação Patrimonial garantido até 2017.

Ação 1 - Implementar um Programa Municipal de Educação Patrimonial, com orçamentos públicos previstos nos planos plurianuais e na Lei Orçamentária Anual, garantindo-se os fluxos contínuos e a sustentabilidade das ações

Ação 2 - Garantir na elaboração no planos plurianuais orçamento destinado a Educação Patrimonial



Ação 3 - Realizar parcerias com instituições de pesquisas, ensino e culturais visando financiamento e realizações de ações em EP. (Meio Prazo)

Meta 2 – Projetos educativos em EP realizados na rede municipal de ensino até 2017.

Ação 1 - Criar, Implementar e fortalecer editais de fomento, financiamento e reconhecimento de ações, projetos, pesquisas e trabalhos de extensão em Educação Patrimonial

Ação 2 - Garantir que sejam realizadas ações de EP seguindo diretrizes da PMEP e que seja promovida sua divulgação em todas as ações implementadas pelos órgãos de patrimônio e nos processos afins ao Patrimônio Cultural selecionados e aprovados pelas leis de incentivo à cultura

Diretriz 4 - Formular marcos legais que regulamentem o PMEP.

Meta 3 - Fluxograma da estrutura de funcionamento fixado até 2016.

Ação 1 - Criar cargos e realizar concursos públicos através da Lei Orgânica do Município, em todas as contratações de profissionais para planejar, implementar, gerir e avaliar a PMEP.

[Handwritten signature in pink ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]